



AMBIENTE

Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro

Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)

Decreto Regulamentar n.º 17/2012, de 31 de janeiro

Aprova a orgânica da Direcção-Geral de Política do Mar (DGPM)

Decreto-Lei n.º 23/2012, de 1 de fevereiro

Aprova a orgânica da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT)

Decreto-Lei n.º 49-A/2012, de 29 de fevereiro

Aprova a orgânica da Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março

Aprova a orgânica da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA)

Decreto Regulamentar n.º 30/2012, de 13 de março

Aprova a orgânica da Direcção-Geral do Território (DGT)

Decreto Regulamentar n.º 31/2012, de 13 de março

Aprova a orgânica da Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)

Decreto-Lei n.º 68/2012, de 20 março

Aprova a orgânica do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA)

Decreto-Lei n.º 69/2012, de 20 de março

Aprova a orgânica do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (INIAV)

Decreto Regulamentar n.º 32/2012, de 20 de março

Aprova a orgânica da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)

Decreto Regulamentar n.º 33/2012, de 20 de março

Aprova a orgânica da Secretaria – Geral do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (SG)

Decreto Regulamentar n.º 34/2012, de 26 de março

Aprova a orgânica do Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP)

ORGÂNICA DO
MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA,
DO MAR, DO
AMBIENTE E DO
ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO

Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2012/M, de 13 de março

Estabelece as bases da orgânica da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais (SRA)

ORGÂNICA DO
GOVERNO
REGIONAL DA
MADEIRA

Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2012, de 27 de março

Aprova medidas urgentes tendo em conta a actual situação de seca e cria a Comissão de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca e das Alterações Climáticas

ALTERAÇÕES
CLIMÁTICAS

Diretiva 2011/92/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro
Relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente

AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL

Decreto n.º 2/2012, de 15 de fevereiro

Aprova a Emenda à Convenção sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais Num Contexto Transfronteiras, adotada pela Decisão III/7, na Terceira Conferência das Partes, realizada em Cavtat, na Croácia, de 1 a 4 de Junho de 2004

Decreto n.º 3/2012, de 13 de março

Aprova a Emenda à Convenção sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais Num Contexto Transfronteiras, adotada em Sófia, a 27 de fevereiro de 2001

Decreto-Lei n.º 1/2012, de 11 de janeiro

Procede à 5.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de Agosto, e transpõe a Diretiva n.º 2011/37/UE, da Comissão, de 30 de Março, relativa aos veículos em fim de vida

RESÍDUOS

Despacho n.º 1516/2012 (2.ª série), de 1 de Fevereiro, dos Ministérios da Economia e do Emprego e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
Prorroga o prazo da licença concedida à Amb3E - Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos

Despacho n.º 1647/2012 (2.ª série), de 3 de fevereiro, dos Ministérios da Economia e do Emprego e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
Prorroga o prazo da licença concedida à Sociedade Ponto Verde - Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens, S. A.

Despacho n.º 1648/2012 (2.ª série), de 23 de fevereiro, dos Ministérios da Economia e do Emprego e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
Prorroga o prazo da licença concedida à VALORMED - Sociedade de Gestora de Resíduos de Embalagens e Medicamentos, Lda.

Despacho n.º 1649/2012 (2.ª série), de 3 de fevereiro, dos Ministérios da Economia e do Emprego e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
Prorroga o prazo da licença concedida à SIGERU - Sistema Integrado de Gestão de Embalagens e Resíduos em Agricultura, Lda.

Despacho n.º 1650/2012 (2.ª série), de 3 de fevereiro, dos Ministérios da Economia e do Emprego e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
Prorroga o prazo da licença concedida à ERP Portugal - Associação Gestora de R.E.E.E.

Declaração de Retificação n.º 12-A/2012, de 9 de março

Retifica o Decreto-Lei n.º 1/2012, de 11 de janeiro, do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, que procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de agosto, e transpõe a Diretiva n.º 2011/37/UE, da Comissão, de 30 de março, relativa aos veículos em fim de vida, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 8, de 11 de janeiro de 2012

Regulamento Delegado (UE) n.º 205/2012 da Comissão, de 6 de janeiro de 2012

Altera o anexo II do Regulamento (UE) n.º 510/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho (que define normas de desempenho em matéria de emissões dos veículos comerciais ligeiros novos como parte da abordagem integrada da União para reduzir as emissões de CO2 dos veículos ligeiros) no que respeita à fonte dos dados e aos dados específicos a comunicar pelos Estados-Membros

AR E EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

Retificação da Decisão da Comissão de 27 de abril de 2011, de 26 de janeiro

Sobre a determinação das regras transitórias da União relativas à atribuição harmonizada de licenças de emissão a título gratuito nos termos do artigo 10.º- A da Diretiva 2003/87/CE do Parlamento Europeu e do Conselho (JOUE L.23 de 26 de janeiro de 2012).

Regulamento (UE) n.º 100/2012 da Comissão, de 3 de fevereiro de 2012

Altera o Regulamento (CE) n.º 748/2009, relativo à lista de operadores de aeronaves que realizaram uma das atividades de aviação enumeradas no anexo I da Diretiva 2003/87/CE

em ou após 1 de janeiro de 2006, inclusive, com indicação do Estado-Membro responsável em relação a cada operador de aeronave, tendo igualmente em conta a expansão do regime de comércio de licenças de emissão da União aos países EEE-EFTA

Decisão de Execução da Comissão n.º 2012/115/UE, de 10 de fevereiro de 2012

Estabelece regras relativas aos planos de transição nacionais referidos na Diretiva 2010/75/UE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às emissões industriais

Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de Março

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2009/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril, relativa ao armazenamento geológico de dióxido de carbono, e estabelece o regime jurídico da atividade de armazenamento geológico de dióxido de carbono (CO₂)

Decreto-Lei n.º 13/2012, de 20 de janeiro

Estabelece um conjunto de medidas a respeitar pelo Estado Português na sua relação com as organizações encarregues da inspeção, vistoria e certificação dos navios, com vista ao cumprimento das convenções internacionais sobre segurança marítima e prevenção da poluição marinha, transpondo a Diretiva n.º 2009/15/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009

Portaria n.º 51/2012, de 28 de fevereiro

Aprova a delimitação de perímetros de proteção de captações de águas subterrâneas situadas no concelho de Gavião

Decreto-Lei n.º 51/2012, 6 de março

Transpõe a Diretiva n.º 2009/21/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2009, relativa ao cumprimento das obrigações do Estado de bandeira, destinada a reforçar a segurança marítima e a prevenção da poluição causada por navios, mediante a adoção de um conjunto de regras a serem seguidas pelos Estados de bandeira em várias circunstâncias da exploração dos navios, aumentando a transparência e qualidade da atuação das suas administrações marítimas e o controlo sobre os navios das suas bandeiras

Despacho n.º 3316/2012 (2.ª série), de 6 de março

Estabelece que enquanto se mantiver suspensa a atribuição de potências de injeção na Rede Elétrica de Serviço Público, nos termos do Decreto-Lei n.º 25/2012, de 6 de fevereiro, as autoridades competentes na área dos recursos hídricos devem emitir informações prévias desfavoráveis ou indeferimentos liminares, consoante os casos, aos pedidos e requerimentos de atribuição de novos títulos de utilização dos recursos hídricos para fins de produção de energia a partir de centrais mini-hídricas

Portaria n.º 56/2012, de 9 de março

Altera a Portaria n.º 688/2008, de 22 de julho, que aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações de água subterrânea nos denominados pólo da Golpilheira e pólo da Calvaria de Baixo, no concelho da Batalha

Portaria n.º 57/2012, de 9 de março

Aprova delimitação de perímetros de proteção de captações de águas subterrâneas de Silveira e Troviscal situadas no concelho de Oliveira do Bairro

Portaria n.º 72/2012, de 23 de março

Aprova a delimitação do perímetro de proteção da captação de água designada por FPC-SPC - Palhaça, situada em Palhaça, concelho de Oliveira do Bairro

Portaria n.º 73/2012, de 23 de março

Aprova a delimitação do perímetro de proteção da captação de água denominada Minas da Castelhana

Portaria n.º 78/2012, de 26 de março

Aprova a delimitação do perímetro de proteção da captação de água subterrânea, designada por FO(D)-SOBOC - Oiã, no concelho de Oliveira do Bairro

ÁGUA E RECURSOS HÍDRICOS

Regulamento (UE) n.º 109/2012 da Comissão, de 9 de fevereiro de 2012

Altera o Regulamento (CE) n.º 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH), no que respeita ao anexo XVII (substâncias CMR)

REACH E
SUBSTÂNCIAS
PERIGOSAS

Regulamento (UE) n.º 125/2012 da Comissão, de 14 de fevereiro de 2012

Altera o anexo XIV do Regulamento (CE) n.º 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH)

Decisão de Execução da Comissão (2012/102/UE), de 17 de fevereiro

Altera a Decisão 2005/51/CE no que diz respeito ao período durante o qual pode ser introduzido na União, para efeitos de descontaminação, solo contaminado com pesticidas ou poluentes orgânicos persistentes

Decreto-Lei n.º 72/2012, de 23 de março

Procede à oitava alteração do Decreto-Lei n.º 121/2002, de 3 de maio, transpondo para a ordem jurídica nacional quatro diretivas comunitárias que alteram a Diretiva 98/8/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de fevereiro, relativa à colocação no mercado de produtos biocidas

Portaria n.º 47/2012, de 20 de fevereiro

Primeira alteração da Portaria n.º 261/2009, de 12 de março, que define os critérios e procedimentos para o reconhecimento, pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P. (ICNB, I. P.), de empreendimentos de turismo de natureza

CONSERVAÇÃO
DA NATUREZA E
DA
BIODIVERSIDADE

Portaria n.º 60/2012, de 19 de março

Concede, a título excecional, um período especial de registo, no Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P., de espécimes vivos de espécies abrangidas pelo âmbito de aplicação das Portarias n.ºs 1226/2009, de 12 de outubro, e 7/2010, de 5 de janeiro, e procede à primeira alteração à Portaria n.º 1226/2009, de 12 de outubro

Decreto-Lei n.º 38/2012, de 16 de fevereiro

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 244/2003, de 7 de outubro, que estabelece as regras de financiamento do sistema de recolha de animais mortos na exploração (SIRCA), e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 19/2011, de 7 de fevereiro, que define as regras de financiamento do SIRCA

FLORESTAS,
AGRICULTURA E
PECUÁRIA

Lei n.º 12/2012, de 13 de março

Revoga o Código Florestal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de setembro

Portaria n.º 61/2012, de 20 de março

Primeira alteração ao Regulamento do Sistema Integrado de Proteção contra as Aleatoriedades Climáticas (SIPAC), aprovado pela Portaria n.º 318/2011, de 30 de dezembro

Regulamento (UE) n.º 206/2012 da Comissão, de 6 de março de 2012

Dá execução à Diretiva 2009/125/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita aos requisitos de conceção ecológica para aparelhos de ar condicionado e ventiladores

Decreto-Lei n.º 57/2012, de 12 de março

Determina a extinção da sociedade Arco Ribeirinho Sul, S. A.

OUTROS

LISBOA

Av. Duarte Pacheco, 26
1070-110 Lisboa Portugal
lisboa@vda.pt

PORTO

Av. da Boavista, 3433 - 8º
4100-138 Porto Portugal
porto@vda.pt

MADEIRA

Calçada de S. Lourenço, 3 - 2ºC
9000-061 Funchal Portugal
madeira@vda.pt